

COORDENADORES
EDUARDO FONTES
HENRIQUE HOFFMANN

Adriano Sousa Costa | Eduardo Fontes | Fábio Roque | Gabriel Habib
Henrique Hoffmann | Ivana David | Leonardo Barreto
Márcio Adriano Anselmo | Nathalia Masson | Nestor Távora

SEGURANÇA PÚBLICA

Modelos e Evolução

2^a | revista
edição | ampliada
atualizada

2024

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Capítulo 1

Introdução	23
------------------	----

Capítulo 2

Sistema de Segurança Pública e Persecução Penal	27
2.1. Sistema Atual	27
2.2. Peças e engrenagens do sistema	38
2.3. Conceitos fundamentais	47
2.4. Ciclo completo da persecução penal.....	54
2.5. Gatilho de eficácia	57

Capítulo 3

Propostas repelidas de reformulação do sistema	65
3.1. Sistemas em perspectiva comparada.....	65
3.1.1. Fatores endógenos dos sistemas	71
3.1.2. Os modelos paradigmáticos.....	75
3.1.3. Divisão interna de atribuições pela experiência internacional	81
3.2. Transferência de modelos.....	82
3.3. Repelência social e política ao ciclo completo e à carreira única	85
3.4. Perda das identidades corporativas.....	100
3.5. Incongruência dos argumentos do ciclo completo e carreira única	105
3.6. Impossibilidade de extensão do termo circunstanciado às Polícias Ostensivas	113

Capítulo 4

Metodologias das mutações institucionais.....	119
4.1. Visão Geral	119
4.2. Institucionalismo histórico	122
4.3. Institucionalismo da mudança gradual	125
4.3.1. Frouxidão institucional	125
4.3.2. Agentes de mudanças graduais	128
4.3.3. Tipos de mudanças graduais.....	131
4.3.4. Ciclo completo e o deslocamento.....	132
4.3.5. Termo circunstanciado e a conversão institucional	134
4.3.6. Foro privilegiado militar e justaposição institucional	141
4.4. Isomorfismo	143
4.4.1. Cópia de funções anômalas à segurança pública.....	145
4.4.2. Complementação das lacunas das Polícias Militares pelas Forças Armadas.....	148
4.4.3. Papel da ambiguidade.....	152
4.4.4. Mimetização da investigação alheia.....	155
4.5. Análise de redes.....	160
4.6. Institucionalismo ideacional.....	164
4.7. Institucionalismo sincrético	169
4.8. Estruturalismo	173
4.9. Racionalidade limitada	183

Capítulo 5

Políticas Públicas de Segurança Pública	189
5.1. <i>Accountability</i>	189
5.1.1. <i>Accountability</i> horizontal e vertical	189
5.1.2. <i>Accountability</i> da prevenção, da investigação e da acusação	191
5.1.3. <i>Accountability</i> da instrução processual.....	195
5.2. Agenda política.....	197
5.3. <i>Policy transfer</i>	202
5.4. Valorização do agente público	212
5.5. Prevenção, reação e estratégias de policiamento.....	218

5.6. Uso parcial dos recursos e atribuições anômalas.....	224
5.7. Delegacias especializadas e falta de critérios científicos de indução.....	227
5.8. Recursos financeiros.....	232
5.9. Custos da violência.....	234
5.10. Gastos desnecessários.....	237
5.11. Pacto corporativo para o ciclo completo de polícia.....	240
5.12. Efeitos concorrenciais do ciclo completo de polícia.....	242
5.13. Conhecimento técnico-jurídico.....	244
5.14. Mutações do modelo de polícia.....	247
5.15. Competição por atribuições e corporação pacificadora.....	251
5.16. Migração funcional das polícias ostensivas.....	254
5.17. Controle externo da Polícia Militar: foro de prerrogativa de função.....	258

Capítulo 6

Correção das engrenagens do sistema.....	267
6.1. Visão Geral.....	267
6.2. Índice de resolução de crimes e incremento da eficácia probatória.....	269
6.3. Suplementando a segurança viária estadual.....	282
6.4. Fungibilidade pericial e necessidade da perícia técnica.....	286
6.5. Desvinculação da Polícia Judiciária do Poder Executivo.....	288
6.6. Ampliação do gatilho de eficácia.....	292
6.6.1. Conceito e previsão legal.....	292
6.6.2. Requisitos.....	296
6.6.3. Correção da reserva jurisdicional.....	305
6.6.4. Infiltração policial.....	307
6.6.5. Rastreamento georreferenciado.....	308
6.6.6. Outras hipóteses.....	310
6.7. Reforço na prevenção por meio das Guardas Municipais.....	310
6.8. Aperfeiçoamento do sistema prisional.....	313
6.9. Termo Preliminar de Ocorrência.....	316
6.10. Audiência preliminar perante o delegado de polícia.....	321
6.11. Acordo de não persecução penal pelo delegado de polícia.....	327

6.12. Oitivas policiais e contraditório diferido	332
6.13. Investigação policial por meio tecnológico	335
6.14. Investigação criminal patrimonial	340
6.15. Fiança e execução antecipada reparadoras	344
6.16. Verificação da procedência das informações	347
6.17. Flexibilização do prazo de conclusão da investigação criminal	351
6.18. Limitação da requisição de diligências pelo Ministério Público	353
6.19. Manutenção de formalização mínima das diligências	355
6.20. Recurso defensivo ao Delegado-Geral.....	358
6.21. Investigação ministerial e vedação do <i>bis in idem</i> investigativo	360
6.22. Período depurador da colaboração premiada	364
6.23. Apuração de improbidade administrativa no inquérito policial.....	365
6.24. Ação penal subsidiária da pública inercial.....	368
Bibliografia	373